“QUARTO DE DESPEJO”: UM RELATO DE PRECARIEDADE E DESAMPARO

“QUARTO DE DESPEJO”: A STORY OF PRECARIOUSNESS AND HELPLESSNESS

“QUARTO DE DESPEJO”: UNA HISTORIA DE PRECARIEDAD Y DESAMPARO

*Amanda Maria Marques Pimenta**

*José Newton Garcia de Araújo***

RESUMO

Este artigo analisa a negação de reconhecimento e suas consequências na obra *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, com base nos conceitos de precariedade, de Judith Butler, e de desamparo, de Freud. A precariedade foi discutida por Butler a partir de sua leitura de *Fenomenologia do espírito*, de Hegel. A autora retoma aspectos da teoria hegeliana para discutir o desamparo, inerente à subjetividade. O desamparo se torna sofrimento quando vivido em condições de marginalidade e exclusão. Neste estudo, os conceitos de precariedade e desamparo são analisados por meio do relato de Carolina Maria de Jesus. Nesse percurso, reafirma-se que a opressão e a intolerância aos negros permanecem em nossa sociedade, especialmente junto à população marginalizada nas favelas e excluída das políticas públicas que garantam os direitos a saúde, educação, moradia e emprego, condições que deveriam assegurar a dignidade a todos os cidadãos.

Palavras-chave: Privação de reconhecimento. Precariedade. Desamparo. Sofrimento psíquico.

ABSTRACT

This article analyzes the deprivation of recognition and its consequences based on Judith Butler's concepts of precariousness and Freud's helplessness in the work *Quarto de despejo* by Carolina Maria de Jesus. Precariousness was discussed by Butler from his reading of Hegel's *Phenomenology of spirit*. Helplessness that's inherent to subjectivity becomes suffering when it appears in conditions of marginality and exclusion. The article presents a literature review of Hegel's theory and the concepts of precariousness and helplessness. It analyses these concepts in Carolina's account. In this way, it is reaffirmed that the oppression and intolerance of black people remains in our society, especially among the population marginalized in the favelas and

Texto recebido em 30 de agosto de 2023 e aprovado para publicação em 20 de novembro de 2023.

* Doutora e mestra em Psicologia pela PUC Minas, psicanalista e psicóloga do trabalho. *E-mail:* amandamarquespimenta@yahoo.com.br

** Doutor em Psicologia (Universidade de Paris-Cité), professor aposentado dos programas de Graduação e Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da PUC Minas. *E-mail:* jinga@uol.com.br

excluded from public policies that guarantee the rights to health, education, housing and employment, conditions that should ensure dignity to all citizens.

Keywords: Deprivation of recognition. Precariousness. Helplessness. Psychic suffering.

RESUMEN

Este artículo analiza la negación del reconocimiento y sus consecuencias en la obra *Quarto de despejo* de Carolina Maria de Jesus, a partir de los conceptos de precariedad de Judith Butler y de desamparo de Freud. La precariedad fue discutida por Butler a partir de su lectura de la *Fenomenología del espíritu* de Hegel. El desamparo, inherente a la subjetividad, se convierte en sufrimiento cuando se vive en condiciones de marginalidad y exclusión. El artículo presenta una revisión bibliográfica de la teoría de Hegel y los conceptos de precariedad y desamparo. Estos conceptos son analizados a través del relato de Carolina Maria de Jesus. De esta forma, se reafirma que la opresión e intolerancia hacia las personas negras permanece en nuestra sociedad, especialmente entre la población marginada en las favelas y excluida de las políticas públicas que garantizan los derechos a la salud, la educación, la vivienda y el trabajo, condiciones éstas que deben garantizar la dignidad de todos los ciudadanos.

Palabras clave: Privación de reconocimiento. Precariedad. Desamparo. Sufrimiento psíquico.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, oriundo de uma pesquisa de doutorado, buscamos analisar a negação do reconhecimento e suas consequências, na obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, tendo como base os conceitos de precariedade, de Judith Butler, e de desamparo, de Freud. Discutem-se também a organização e o funcionamento de segmentos desfavorecidos da população brasileira, relacionando-os à produção de sintomas e ao sofrimento psíquico, individual e coletivo, a partir da ausência concreta de reconhecimento.

O conceito de reconhecimento, construído com base na *Fenomenologia do espírito*, de Hegel (2014), que explicita a relação com a alteridade a partir das relações dialéticas entre o senhor e o escravo, permite analisar as experiências de

ausência ou negação desse reconhecimento, o que coloca o sujeito numa posição de marginalidade ou exclusão. Neste artigo, vamos examinar a noção de privação de reconhecimento, aqui assimilada à precariedade, especialmente segundo a leitura que Butler faz da obra de Hegel.

Com relação ao desamparo, em Freud (1895/1996), esse conceito se apresenta como uma experiência estrutural na constituição do sujeito, conforme o impulsiona a se abrir para a alteridade, tomada como via de saída para sua sobrevivência psíquica.

Assim, quando o sujeito é marcado pela marginalidade e pela exclusão, quando carece de reconhecimento ou acolhimento por parte do outro (indivíduo ou instituições), o desamparo retorna como forma de sofrimento psíquico capaz de desestruturar a própria personalidade. Isso pode ser corroborado, segundo proposto neste artigo, por meio da leitura de *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, com base nos conceitos apresentados acima.

2. A PRECARIEDADE E O DESAMPARO

Na *Fenomenologia do espírito*, as considerações acerca do reconhecimento e, conseqüentemente, da consciência de si e da alteridade, são colocadas a partir das relações dialéticas entre as figuras do senhor e do escravo. Hegel situa o lugar seminal do outro, quando liga a consciência de si e o reconhecimento. “A consciência de si é em si e para si quando e porque é em si e para si para uma Outra; quer dizer, só é como algo reconhecido” (Hegel, 2014, p. 142). Para o filósofo, a consciência de si (que poderíamos aproximar da noção contemporânea de sujeito, constituído na relação com a alteridade) dirige-se a si mesma como objeto, ao tomar-se na dupla dimensão do “em si” e do “para si”. Ela pode, ao mesmo tempo, olhar e ser olhada. No entanto, esse olhar-se não se faz diretamente, mas por meio de outro olhar:

Cada extremo é para o Outro o meio-termo, mediante o qual é consigo mesmo mediatizado e concluído; cada um é para si e para o Outro, essência imediata para si essente; que ao mesmo tempo só é para si através dessa mediação. Eles se reconhecem como reconhecendo-se reciprocamente (Hegel, 2014, p. 144).

A leitura da *Fenomenologia* afirma a constituição da consciência de si a partir do encontro com a alteridade, com o seu outro interno e externo. Nesse sentido, o sujeito sempre é marcado pela negatividade, constituindo-se naquilo que não é, na incerteza, na falta. Nesse movimento, ele se faz reconhecer por um outro sujeito, em seu desejo sobre o objeto e sobre esse outro, o que assinala também o desenho da intersubjetividade ou da sociabilidade.

Na elaboração do movimento do reconhecimento, Hegel (2014) evoca o combate de vida e de morte, no qual o sujeito arrisca a própria vida, em razão de seu desejo de dominação. Nesse combate, no entanto, uma das partes renuncia a ir até o fim da luta, em razão da consciência da possibilidade da própria morte, e assume o lugar do escravo.

Em sua leitura do texto hegeliano, Butler (1999) reafirma que o sujeito se expande no curso de sua aventura, por meio da alteridade. Para ela,

O desejo humano articula a relação do sujeito com aquilo que não é ele mesmo, aquilo que é diferente, estranho, novo, inesperado, ausente, perdido. E a satisfação do desejo é a transformação da diferença em identidade: a descoberta do estranho e do novo como familiar, a chegada do esperado, o ressurgimento do que estava ausente ou perdido (Butler, 1999, p. 9) (tradução nossa).

A autora também reafirma que o desejo humano é uma instância que tematiza o problema da negatividade, que é o princípio de existência humana, de seu *status* ontológico, como uma falta em busca de ser. Mas o desejo é também a forma de transformar a própria negatividade.

O desejo é também o modo pelo qual a consciência faz de sua própria negatividade um objeto explícito de reflexão, algo a ser trabalhado e despertado. Com efeito, lemos nossa negatividade nos objetos e no outro que desejamos; como desejáveis, detestáveis, solícitos ou rejeitáveis. Esses fatos emocionais do mundo espelham nossa insuficiência ontológica em termos hegelianos. Eles nos mostram a negatividade que somos e nos engajam com a promessa de plenitude ou com a ameaça de reafirmar nosso nada (Butler, 1999, pp. 9-10) (tradução nossa).

Segundo Butler (1999), o sujeito da *Fenomenologia do espírito* surge não apenas como um modo de busca da identidade, mas como um desejo que requer outros desejos para sua satisfação e para sua própria constituição, como um ser intersubjetivo. No esforço para chegar a si mesma, por meio do reconhecimento do e pelo outro, a consciência de si descobre sua dependência, como um dos muitos atributos que a constituem. Constitui-se aí uma interdependência, na qual o sujeito, que é ainda desejo, procura a satisfação por meio da articulação de seu lugar histórico em uma dada comunidade. “O sujeito emergente de Hegel confronta outra autoconsciência e, imediatamente, conclui que ele, o sujeito inicial, perdeu-se. O desejo permanece derrotado até encontrar uma forma de revelar esse outro sujeito como essencial à sua própria identidade” (Butler, 1999, p. 46) (tradução nossa).

A autora afirma que o reconhecimento, uma vez alcançado, confirma o duplo lugar da consciência de si, que surge, ao mesmo tempo, como externa e autodeterminada. O movimento do reconhecimento revela que a consciência

de si, num primeiro momento, irreconhecível e alienada de si mesma, torna-se autora de sua própria experiência, no encontro ou no reconhecimento do outro. Cada consciência de si coloca-se, desse modo, no lugar de fonte da outra consciência de si, ou seja, ela se estrutura num intercâmbio contínuo com a alteridade.

O processo de reconhecimento revela que a autoconsciência autoalienada, irreconhecível para si mesma, ainda é a autora de sua própria experiência. Quando, no entanto, o outro é visto como o mesmo que o sujeito, e esse sujeito entende seu próprio ato de reconhecimento como tendo trazido o Outro à explicitação, então, o eu também se revela como autor do Outro. Conforme fica claro que as mesmas verdades valem para a relação do Outro com o eu, o Outro também é visto como o autor do sujeito (Butler, 1999, p. 50) (tradução nossa).

A autora aponta que o reconhecimento mútuo se torna possível somente no contexto de uma orientação compartilhada em direção ao mundo material. A consciência de si é mediada não apenas por meio de outra consciência de si, mas cada uma reconhece na outra suas capacidades e possibilidades de dar forma ao mundo. Consequentemente, somos reconhecidos não meramente pela forma pelas quais habitamos o mundo, mas também por nossas várias realizações, mediante o trabalho, que nos permite criar e transformar o mundo. O corpo é a matéria transitória de nossa liberdade, enquanto nossas obras, que transcendem o corpo e a vida, no espaço e no tempo, são marcadas pela perenidade, guardando nossa liberdade em sua própria estrutura.

Passemos a outro elemento: ao formular o conceito de precariedade, Butler (2017) vai além do plano conceitual da ontologia hegeliana, voltando seu olhar para sujeitos em situações concretas, para os aspectos psíquicos, sociais e políticos que envolvem o reconhecimento. Isso considera as dimensões fáticas negativas do reconhecimento, nas formas de indiferença, de sua ausência ou privação. Em outras palavras, situações em que o outro simplesmente não é reconhecido como outro.

Ao tratar desses aspectos, Butler (2017, p. 15) recorre a uma “ontologia do corpo”, justamente por considerar que esse corpo e sua análise ontológica não podem estar isolados de um contexto ou de uma organização social e política.

Ainda segundo a autora, o sujeito se constitui com base em normas. E são estas que estabelecem suas possibilidades de reconhecimento. Assim, as condições normativas determinam a ontologia vinculada e condicionada pelo contexto histórico e social.

Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. Essas condições normativas para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, de modo que

nossa própria capacidade de discernir e nomear o “ser” do sujeito depende de normas que facilitem esse reconhecimento (Butler, 2017, p. 17).

Essa questão das normas se vincula à discussão da privação de reconhecimento, com enfoque no contexto social. Para tanto, Butler (2017) parte do conceito de precariedade. Ela afirma que, num momento mais elementar,

Uma vida específica não pode ser considerada lesada ou perdida, se não for primeiro considerada viva. Se certas vidas não são qualificadas como vidas, ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas, de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas, no sentido pleno dessa palavra (Butler, 2017, p. 13).

Partindo da questão da condição precária de vida, a autora comenta que é preciso interrogar as condições que permitem ou não apreender uma vida ou um conjunto de vidas como precárias. Tendo esse questionamento como ponto de partida, torna-se possível constatar que a apreensão da precariedade induz a uma potencialização da violência, visto que a percepção da vulnerabilidade de um determinado grupo de pessoas incita o desejo de destruí-las. Por outro lado, Butler (2017) demonstra que, para ampliar as reivindicações sociais e políticas acerca de direitos à proteção e às condições que garantem a sobrevivência e a prosperidade, é necessário considerar outros aspectos que permitam repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho bem como rever a própria noção de pertencimento social.

Butler (2017) aponta que a possibilidade de reconhecimento de uma vida depende de esta estar inserida em um enquadramento de normas que a caracterizam como uma vida, ou melhor, como parte da vida. “Assim, há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há ‘vidas’ que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (Butler, 2017, p. 17).

É nesse sentido que analisamos a obra *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, na qual as dimensões do reconhecimento se apresentam em sua face do negativo psicossocial (Lhuilier, 2017), nas formas de humilhação, exclusão social, sofrimento ou adoecimento. Assim, o que define o reconhecimento bem como sua privação, para determinado sujeito, são as normas, condições e instituições histórica e culturalmente determinadas, o que marca também o dinamismo sempre atrelado à possibilidade de ser ou não reconhecido.

A proposta da autora, baseada, mas distinta do conceito de reconhecimento apresentado na *Fenomenologia do espírito*, de Hegel (2014), permite-nos analisar o tema da luta de vida e de morte, que se desenvolve como uma constante, ao

longo de toda a existência do sujeito. O processo dialético do reconhecimento é marcado também por um dinamismo, no qual tanto as normas quanto as condições de reconhecimento são perpassadas por questões históricas e sociais, que fazem com que elas estejam em constante mudança.

Ao retomar o tema da precariedade e dos enquadramentos que possibilitam ou não considerar um determinado ser como vida, é possível analisar o problema do desamparo. Um ser humano, em situação de precariedade, que se situa aquém da condição mínima inerente a qualquer vida humana, ou aquém da condição que permita não o considerar vida, é aquele ser desconsiderado e excluído pelo outro, relegado à condição, por vezes mortífera, do desamparo inicial.

Conforme já apontado por Freud (1895/1996), no *Projeto para uma Psicologia científica*, o desamparo é uma experiência primordial que remonta ao apelo ao outro, desde as origens do sujeito. A colocação freudiana está alicerçada na constatação de base biológica, segundo a qual:

O bebê não sabe se o que lhe falta é alimento, calor, ou se o incômodo é proveniente de uma dor. A incapacidade de traduzir, de significar, e a imaturidade motora colocam o *infans* em uma situação de desamparo, tornando, pois, a intervenção do outro essencial e indispensável (Moreira, 2004, p. 114).

Conforme apontado por Birman (1999), para além dessa experiência de satisfação, a prematuridade primordial do organismo humano, que chega ao mundo incapacitado para a vida, permitiu a Freud, após os anos 1920, elaborar o conceito de pulsão de morte, reformulando o próprio conceito de desamparo, com base na concepção de um movimento primordial para a morte, no sentido de um retorno ao vazio, à quietude.

Nesse contexto, segundo Birman (1999), o conceito de desamparo, reformulado com base na concepção final da metapsicologia freudiana, pode ser analisado como análogo à propensão originária da natureza humana para a descarga total de todas as excitações, visto que o ser não dispõe internamente de meios para dominá-las. Essa impossibilidade de domínio faz com que as excitações se constituam como um excesso para o organismo. Nesse contexto, o ser humano estaria fadado à morte e à quietude, se não fosse a presença do outro, que, com seus recursos, permite construir outros destinos para a força pulsional. Assim, é esse outro que realiza o trabalho de ligação da força pulsional que o pequeno ser não pode realizar sozinho. Nesse sentido, a psicanálise freudiana corrobora a teoria do reconhecimento de Hegel, considerando a alteridade como fundamental, não apenas para a constituição psíquica, mas também para a própria sobrevivência do sujeito.

Segundo Birman (2016), a formulação do conceito de pulsão de morte, que se apresenta como uma modalidade sem representação e sem a possibilidade inicial de inscrição no circuito de satisfação, somente se torna possível pela mediação do outro e serve de base para que se possa pensar o sujeito na condição de desamparo. A presença incessante da pulsão de morte, ao longo da vida, permite caracterizar a condição de desamparo como algo insuperável, não podendo ser sanada por nenhum recurso do desenvolvimento humano.

Mesmo que posteriormente o sujeito se torne possuidor de instrumentos para manejar melhor o excesso produzido pelas excitações, inexistentes nas suas origens, relativizando, pois, a sua absoluta dependência do outro, o fato de que a força pulsional seja uma força constante e contínua . . . recoloca o sujeito na condição de desamparo fundamental e de dependência ao outro. Portanto, o desamparo e a dependência humana em relação ao outro se reproduzem posteriormente, ao longo da existência humana, em função mesmo de que a força pulsional, enquanto exigência de trabalho . . . se impõe permanentemente e passa pelo outro para que possa ser dominada, constituindo destinos erógenos (Birman, 1999, p. 25).

Nesse sentido, Rocha (1999) comenta que, a partir do desamparo originário do bebê, Freud revê a natureza da angústia, revelando-a em sua forma originária (a *Urangst*). Essa angústia, que pode ser considerada, assim como o desamparo, constitutiva do próprio sujeito e vai se repetir como angústia de separação, ao longo de toda a sua história, é típica de nossa condição humana, marcada pela dor, pela falta ou pelo limite do não ser.

A partir da experiência do desamparo, segundo Rocha (1999),

O homem penetra o mais íntimo de sua singularidade e faz, na mais nua e completa solidão, a descoberta da contingência e da finitude de sua existência. Difícil imaginar uma forma de solidão maior e mais dolorosa do que aquela do desamparado. Nela o ser humano encontra-se inteiramente só. O desamparado sente-se tão só, como o naufrago perdido na imensidão do mar. A metáfora é uma tentativa de mostrar que a essência do desamparo é a solidão e o sentimento de impotência, constituídos pela impossibilidade do sujeito de encontrar sozinho uma saída para a situação em que se encontra. Mas ela não termina aí, porque, ao mesmo tempo e normalmente, o desamparo abre para a alteridade. Ele é um grito desesperado de ajuda lançado na direção do outro. Quando o grito fica sem resposta, o desamparo torna-se desespero (p. 342).

O conceito de desamparo, desenvolvido a partir da última metapsicologia freudiana, remete-se à função estruturante e fundamental do outro para a constituição psíquica do sujeito. Todos nós, humanos, estamos submetidos a uma condição de desamparo, a uma angústia de separação que marca nossa dependência em relação ao outro, que nos enlaça à vida e nos permite dominar a força pulsional.

Para além dessa condição inerente ao humano, há um desamparo que se institui quando o sujeito se encontra em condições de privação do reconhecimento

por parte do outro que se torna indiferente. Essas situações se configuram pelo abandono histórico, político, social, econômico, trabalhista. A partir disso, é possível constatar que situações de privação de reconhecimento, como as de precariedade, em que há um esmaecimento ou uma negativa de relação, por parte da alteridade, seja ela um outro individual ou a própria sociedade e o Poder Público, colocam o sujeito novamente na condição de desamparo, desestruturante para a própria subjetividade.

3. DIÁRIO DE CAROLINA MARIA DE JESUS: O INTRANSPONÍVEL DO DESAMPARO E DA PRECARIEDADE

Quarto de despejo: diário de uma favelada (Jesus, 2017) é um relato autobiográfico de uma escritora negra, de pouca escolaridade, mãe solteira de três filhos, que viveu como catadora de papel, moradora da favela do Canindé, na metrópole paulistana, nos anos 50 e 60 do século XX.

O contexto e a história de vida de Carolina Maria de Jesus foram caracterizados por várias marcas de marginalização e exclusão, apontadas por Souza (2018). Carolina é uma legítima representante da “ralé brasileira” (Souza, 2018), desprovida não apenas de recursos culturais e econômicos, mas também das condições sociais e morais que viabilizam a apropriação desses recursos. Sua vida foi marcada pelo abandono social e político, consentido por toda a sociedade. Nas palavras da escritora: “Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (Jesus, 2017, p. 32).

Num contexto de rejeição, a leitura da obra de Carolina Maria de Jesus remete-se ao conceito de precariedade de Butler (2017), que aponta o fato de que, para determinada vida ser considerada lesada, ela deve primeiro ser considerada vida. Sobrevivendo à margem da sociedade, o relato de Carolina ilustra a questão levantada por Souza (2018) acerca de como percebem e levam a vida os indivíduos tratados pela sociedade como indignos, como aqueles que não deveriam estar no mundo. “Devo incluir-me, porque eu também sou favelada. Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo” (Jesus, 2017, p. 37).

O fato de tratar-se do relato de uma mulher percebida como quem não deveria estar no mundo permite-nos retomar também a afirmação de Butler (2017), para quem a apreensão da precariedade conduz a uma potencialização da violência, ou seja, a percepção da vulnerabilidade de determinado grupo social pode levar ao desejo de destruí-lo. Nesse sentido, o texto de Carolina ilustra o modo de manifestação da violência, já discutido por Souza (2018),

na qual a expressão de ódio e desprezo de um canalha a um marginalizado, e a de uma pessoa decente, que demonstra pena e compaixão, são duas faces da mesma moeda, visto que o que é comum, no desprezo e na pena, é que somente apresentamos tais sentimentos por quem consideramos inferior.

Saí a noite, e fui catar papel. Quando eu passava perto do campo do São Paulo, várias pessoas saíam do campo. Todas brancas, só um preto. E o preto começou a insultar-me:

- Vai catar papel, minha tia? Olha o buraco, minha tia.

Eu estava indisposta. Com vontade de deitar. Mas, prossegui. Encontrei várias pessoas amigas e parava para falar. Quando eu subia a Avenida Tiradentes encontrei umas senhoras. Uma perguntou-me:

- Sarou as pernas? (Jesus, 2017, p. 15).

A questão da precariedade, nos relatos de Carolina, está associada às reflexões acerca do racismo, propostas por Castoriadis (1990). Segundo o autor, a discussão acerca do racismo deve ser ampliada para a instância sociocultural. Esse fenômeno surge como algo mais universal do que gostaríamos de admitir, sendo uma conduta monstruosa das sociedades humanas. Trata-se de uma aparente incapacidade da sociedade de se constituir, sem excluir o outro, por meio do ódio e de sua desvalorização. A percepção do outro como igual exige a admissão da alteridade. Ao negar a alteridade, o racismo institui a discriminação, o desprezo, o ódio e a aniquilação, tão presentes nas páginas de *Quarto de despejo*.

Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente da favela é considerado marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos (Jesus, 2017, p. 54).

Segundo Kupermann e Martins (2018), o racismo se impõe como um dos maiores obstáculos à criação de um laço social justo e saudável em nossa sociedade. Ele se apresenta como herança de nossa cultura escravagista, principal fonte de segregação social em nosso país e, conseqüentemente, da imensa desigualdade social em que estamos imersos e, quase sempre, sentindo-nos impotentes para transformá-la.

Nesse contexto, cabe retomar o paralelo estabelecido por Carolina entre escravidão como forma de trabalho e a escravidão imposta pela condição de vida. Ela afirma que a abolição estabelecida no papel, muitas vezes, ainda não foi transposta para a vida real daqueles considerados marginalizados.

Hoje amanheceu chovendo. É um dia simpático para mim. É o dia da abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos. . . .

Nas prisões os negros eram os bodes espiatorios. Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz . . .

Eu tenho tanta dó dos meus filhos. Quando eles vê as coisas de comer eles brada:

- Viva a mamãe!

A manifestação agrada-me. Mas eu já perdi o hábito de sorrir. Dez minutos depois eles querem mais comida. Eu mandei o João pedir um pouquinho de gordura a Dona Ida. Ela não tinha . . . E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual – a fome! (Jesus, 2017, pp. 31-32).

As considerações acima permitem analisar a obra de Carolina sob o prisma da denúncia social. Müller e Rosa (2018) afirmam que ela não se calou diante do cenário em que estava inserida e, por meio de sua escrita, ela fomentou a discussão de temáticas polêmicas e, muitas vezes, controversas, como miséria, discriminação social, preconceito, descaso dos políticos, entre outros, o que propiciou à sua narrativa um caráter de luta e resistência.

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferente da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas (Jesus, 2017, p. 85).

Esse aspecto permite retomar os apontamentos de Souza (2006), para quem o valor do brasileiro pobre, não inserido no modelo cultural importado da Europa, é similar ao que se confere aos animais, o que marca o estatuto sub-humano delegado a essa parcela da população. No Brasil, assim como em outros países periféricos, há um contingente de pessoas excluídas e sem condições que permitam a elas compartilhar a igualdade de direitos bem como a efetiva posição de cidadãs, estando apenas inseridas nas práticas disciplinadoras e adaptativas que viabilizam o exercício de funções produtivas, no contexto do capitalismo moderno.

Percebi que chegaram novas pessoas para a favela. Estão maltrapilhas e as faces desnutridas. Improvisaram um barracão. Condoí-me de ver tantas agruras reservadas aos proletários. Fitei a nova companheira de infortúnio. Ela olhava a favela, suas lamas e suas crianças pauperrimas. Foi o olhar mais triste que eu já presenciiei. Talvez ela não mais tem ilusão. Entregou sua vida aos cuidados da vida (Jesus, 2017, p. 46).

Segundo Coronel (2011), a literatura de Carolina pode ser considerada uma literatura de periferia, surgida no contexto da miséria nacional, visto que funciona como espaço de expressão de indivíduos que, mesmo excluídos dos circuitos

de produção cultural, conseguem ser ouvidos para além do meio em que se encontram confinados, em condições muitas vezes extremas de precariedade, denunciando o lado mais podre de nossa realidade social.

Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isso em prol dos outros. Muitos catam sapatos no lixo para calçar. Mas os sapatos já estão fracos e aturam só 6 dias. Antigamente, isto é de 1950 até 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas. 1957, 1958, a vida foi ficando causticante. Já não sobra dinheiro para eles comprar pinga. As batucadas foram cortando-se até extinguir-se (Jesus, 2017, p. 36).

Por outro lado, Coronel (2011) aponta que considerar Carolina Maria de Jesus apenas uma representante da favela seria uma abordagem rasa, tendo em vista que sua individualidade e seu sofrimento pessoal também são retratados, ao longo de toda a narrativa, sendo a escrita do diário um relato particular e autobiográfico de sua condição de sofrimento.

Fiz o almoço, depois fui escrever. Estou nervosa. O mundo está tão insipito que eu tenho vontade de morrer. Fiquei sentada no sol para aquecer. Com as agruras da vida somos uns infelizes perambulando aqui neste mundo. Sentindo frio interior e exterior (Jesus, 2017, p. 179).

A dimensão da dor psíquica relatada pela autora nos remete à questão do desamparo. Conforme as vivências de exclusão e violência não são acolhidas pelo outro, que se mostra indiferente, o sujeito violentado passa a viver uma condição de ausência de ajuda, de recursos, de proteção e amparo, tendo reatualizada sua condição de desamparo existencial, conforme apontado por Rocha (1999). “A favela é o quarto de despejo. E as autoridades ignoram que tem o quarto de despejo” (Jesus, 2017, p. 107).

A alteridade que deveria mediar e acolher o sofrimento, tornando-o passível de elaboração, mostra-se indiferente, desconsiderando a vivência do sujeito, que se encontra, a partir desse momento, abandonado, excluído, jogado à solidão e ao sentimento de impotência, dada a impossibilidade de encontrar sozinho uma saída para sua condição. Corroboram-se, assim, as considerações de Rocha (1999), de que o desamparo é um grito desesperado de ajuda lançado na direção do outro. Quando o grito fica sem resposta, o desamparo torna-se desespero. “Eu estava tão triste! Com vontade de suicidar. Hoje em dia quem nasce e suporta a vida até a morte deve ser considerado herói” (Jesus, 2017, p. 102).

Nesse contexto de indiferença do outro, pode-se afirmar que a dor apresenta-se como um enigma que, quando decifrado, por meio da mediação criativa da linguagem, no mundo da representação e dos símbolos, pode dar sentido ao que parece não ter sentido em nossas vidas, a nossas angústias, a nossas perdas e a

ossos fracassos. Por outro lado, se ela não for decifrada, ou seja, não podendo ser representada nem simbolizada, torna-se mortífera e nos devora, o que fica claro, em alguns momentos do relato de Carolina.

Quando cheguei na favela estava indisposta e com dor nas pernas. A minha enfermidade é física e moral (Jesus, 2017, p. 91).

O Seu João veio buscar as folhas de batatas. Eu disse-lhe:

- Se eu pudesse mudar dessa favela! Tenho a impressão de que estou no inferno (Jesus, 2017, p. 26).

Já emagreci 8 quilos. Eu não tenho carne, e o pouco que tenho desaparece. Peguei os papeis e saí. Quando passei diante de uma vitrine vi o meu reflexo: Desviei o olhar, porque tinha a impressão de estar vendo um fantasma (Jesus, 2017, p. 182).

De acordo com Birman (2014), é preciso reconhecer que a dor se caracteriza como uma experiência em que o encontro com a alteridade não se faz possível, jogando o sujeito na mais profunda solidão. Ele não pode se fazer ouvir e se torna preso à impossibilidade de elaboração de sua condição traumática. Tal condição pode desmorronar não apenas o seu psiquismo, mas o próprio corpo, minando sua possibilidade de existência. “Ela disse-me que já está com nojo da vida. Ouvi seus lamentos em silêncio e disse-lhe: Nós já estamos predestinados a morrer de fome” (Jesus, 2017, p. 142).

Nesse sentido, a obra de Carolina traz um duplo viés, abarcando tanto a possibilidade de denúncia social quanto funcionando como um meio de expressão subjetiva. Tal fato permite resgatar as considerações de Müller e Rosa (2018) acerca de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, um diário autobiográfico que relata também o dia a dia na favela, as mazelas, a fome, a violência, a marginalização, as péssimas condições de higiene, a pobreza, a desigualdade social e a negligência dos políticos com a população subalterna. “Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido” (Jesus, 2017, p. 39).

Segundo Lopes (2016), na questão da expressão subjetiva, a escrita da experiência vivenciada ou a literatura de testemunho de Carolina traz uma descrição intimista que ultrapassa o tom de denúncia. As experiências de fome, violência e marginalização são partes de sua própria vida. A voz de Carolina configura-se como marginal, e é a partir desse lugar que ela se percebe e vê o lugar onde mora. “Fui na sapataria retirar os papeis. Um sapateiro perguntou-me se o meu livro é comunista. Respondi que é realista. Ele disse-me que não é aconselhável escrever a realidade” (Jesus, 2017, p. 108).

Desse modo, conforme aponta Lopes (2016, pp. 1-2), a escrita é o meio de expressão que permite que Carolina se torne sujeito de si mesma, uma vez que ela expõe no papel seus dramas, angústias, medos e frustrações. Além disso, é também por meio da escrita que ela se torna sujeito social, retratando a pobreza e a miséria presentes no “quarto de despejo”. Assim, a escrita apresenta um papel fundamental na vida de Carolina, viabilizando suas construções subjetivas e seus laços sociais.

O senhor Manuel apareceu dizendo que quer casar-se comigo. Mas eu não quero porque já estou na maturidade. E depois, um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que deita com lapis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal (Jesus, 2017, p. 49).

A escrita de Carolina corrobora as considerações de Afonso (2018), acerca da literatura de testemunho. Sua escrita testemunhal se diferencia daquela dos parâmetros estéticos prevalentes na produção literária, visto que há uma narradora confrontada com um senso de ameaça constante, que caracteriza sua própria realidade. Carolina, em sua condição extremamente precária de existência, estava sempre flertando com a morte, seja por meio das ameaças violentas dos vizinhos, seja pelos perigos das ruas ou pela fome.

Fiquei horrorizada! Haviam queimado meus cinco sacos de papel. A neta da D. Elvira, a que tem duas meninas e não quer mais porque o marido ganha pouco, disse:

- Nós vimos a fumaça. Também a senhora põe os sacos ali no caminho. Eu ouvi dizer que vocês lá da favela vivem uns roubando os outros.

Quando elas falam não sabem dizer outra coisa a não ser roubo. Percebi que foi ela quem queimou meus sacos. Resolvi retirar com nojo delas. Aliás já haviam dito-me que eles são uns portugueses malvados. Que a D. Elvira nunca fez um favor a ninguém. Para eu ficar prevenida. Não estou ressentida. Já estou tão habituada com a maldade humana.

Sei que os sacos vão me fazer falta (Jesus, 2017, p. 28).

Havia muitas lenhas. Eu ia pegar uns pedaços quando ouvi um preto dizer para eu não mecher nas lenhas que ele ia bater-me. Eu disse para bater que eu não tenho medo. Ele estava pondo as lenhas dentro do caminhão. Olhou-me com desprezo e disse:

- Maloqueira!

- Por eu ser de maloca é que você não deve mexer comigo. Eu estou habituada a tudo. A roubar, a brigar e beber. Já fui sentenciada em Santos. Ele fez menção de agredir-me e eu disse-lhe:

- Eu sou da favela do Canindé. Sei cortar de gilete e navalha e estou aprendendo a manejar a peixeira. Um nordestino está me dando aulas. Se vai me bater pode vir (Jesus, 2017, p. 82).

Nesse sentido, conforme aponta Afonso (2018): “Escrever é tomar a palavra, enfrentar a morte . . . Lembrar traz dor, mas também libertação, embora se perceba que a linguagem é insuficiente para dar conta de vivência tão trágica e traumática” (Afonso, 2018, p. 14). A literatura de testemunho, para além de uma ruptura do silêncio, funciona como um mecanismo de elaboração, ao permitir criar novos sentidos e estabelecer novos modos de lidar com uma realidade tão dura e traumática. A denúncia se apresenta como um primeiro passo, mas ainda insuficiente. A resignificação permite restaurar a subjetividade desmoronada pela experiência traumática. O sujeito assume o lugar de autor não apenas de seu texto, mas de sua própria história, reconstruindo, como em Carolina, suas experiências de violência e exclusão por meio de uma escrita poética.

Retomando Lopes (2016), afirmamos que Carolina elabora suas dores ao escrever. Por meio de seu relato, marcado não apenas pela dor e pelo sofrimento, mas também pela poesia e pela sensibilidade, ela foi capaz de compreender seus sentimentos e suas vivências, dando a eles um destino para além de si mesma, a partir do registro e da publicação de seus livros.

Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo (Jesus, 2017, p. 22).

Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa a pensar nas misérias que nos rodeia . . . Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que residô num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades . . . É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela (Jesus, 2017, p. 58).

Segundo Lopes (2016), a elaboração pela via da escrita pode ser efetivada pelo fato de que, ao escrever, Carolina vislumbra para si outra realidade. Essa possibilidade permite criar um mundo ideal em que ela gostaria de viver. Assim, a escritora vê uma saída, mesmo que momentânea, de sua condição miserável, pela via da escrita.

De acordo com Coronel (2011), o relato de Carolina é marcado pela expectativa e pela insistência em tornar pública sua obra, utilizando-a também como meio para superar sua pobreza, o que exemplifica a expectativa de reconhecimento de sua identidade de escritora, por meio do olhar do outro.

É que eu estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela (Jesus, 2017, p. 27).

Não durmi por estar exausta. Pensei até que ia morrer. Eu tenho a impressão que estou num deserto. Tem hora que eu odeio o reporter Audálio Dantas. Se ele não prendesse o meu livro eu enviava os manuscritos para os Estados Unidos e já estava socegada (Jesus, 2017, p. 123).

Carolina Maria de Jesus conseguiu concretizar seu desejo ao ter *Quarto de despejo* publicado. Segundo Müller e Rosa (2018), aos 44 anos de idade, em 1958, a escritora conheceu o jornalista Audálio Dantas, durante a produção de uma reportagem jornalística acerca da favela, para o extinto jornal *Folha da Noite*. Ao vê-la discutindo com moradores da favela, quis conhecê-la e descobriu suas dezenas de cadernos-diários, identificando, de imediato, a riqueza de seus escritos.

As 9 e meia o reporter surgiu. Bradei:

- O senhor disse que estaria aqui as 9 e meia e não atrasou-se!

Disse-lhe que várias pessoas queriam vê-lo, porque apreciam as suas reportagens . . . Entramos num taxi. A Vera estava contente porque estava de carro. Descemos no Largo do Arouche e o reporter começou a fotografar-me. Levou no prédio da Academia Paulista de Letras. Eu sentei na porta e pui o saco de papel à esquerda. O porteiro apareceu e disse para eu sair da porta . . . O porteiro pegou meu saco de catar papel, o saco que para mim tem um valor inestimável, porque é por seu intermedio que eu ganho o pão de cada dia (Jesus, 2017, p. 165).

A partir da publicação de seu livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (Jesus, 1960), Carolina alcançou, mesmo que de forma fugaz, o reconhecimento. A obra se tornou um sucesso de vendas, sendo traduzida para muitas línguas, contrariando o esperado para uma escritora negra e de sua condição social. Com o êxito, o sonho se tornou realidade e ela pôde deixar a favela. Nesse momento de sua vida, a autora conheceu a ascensão, via palavra e literatura, saindo da favela.

Quando cheguei e abri a porta, vi um bilhete. Conheci a letra do reporter. Perguntei a Dona Nena se ele esteve aqui. Disse que sim . . . O bilhete dizia que a reportagem vai sair no dia 10, no *Cruzeiro*. Que o livro vai ser editado. Fiquei emocionada (Jesus, 2017, p. 170).

O João quando retornou-se disse que a reportage havia saído. Vasculhei os bolsos procurando dinheiro. Tinha 13 cruzeiros. Faltava 2. O senhor Luis emprestou-me. E o João foi buscar. O meu coração ficou oscilando igual as molas de um relógio. O que sera que escreveram a meu respeito? Quando o João voltou com a revista, li – *Retrato da favela no Diário de Carolina*.

Li o artigo e sorri. Pensei no reporter e pretendi Agradecê-lo . . . Troquei roupas e fui na cidade receber o dinheiro da Vera. Na cidade eu disse para os jornalheiros que a reportagem do *O Cruzeiro* era minha (Jesus, 2017, p. 171).

Na redação, eu fiquei emocionada . . . O senhor Antonio fica no terceiro andar, na sala do Dr. Assis Chatobriand. Ele deu-me revista para eu ler. Depois foi buscar uma refeição para mim. Bife, batatas e saladas. Eu comendo o que sonhei! Estou na sala bonita. A realidade é muito mais bonita do que o sonho.

Depois fomos na redação e fotografaram-me . . . Prometeram-me que eu vou sair no *Diário da Noite* amanhã. Eu estou tão alegre! Parece que minha vida estava suja e agora estão lavando (Jesus, 2017, p. 173).

Com a saída da favela, no entanto, encerrou-se também o interesse editorial pela autora, à época, uma vez que ela somente interessava à mídia e ao público como favelada.¹ Seu sucesso econômico, paradoxalmente, teve como consequência o fracasso da carreira. A escritora caiu novamente no esquecimento, voltando à condição de sofrimento.

Coronel (2011) coloca que, em decorrência da atividade da escrita, Carolina passou a ser considerada *persona non grata* pelos demais moradores da favela. Tal perspectiva é corroborada por Lopes (2016), ao relatar que a escrita diferenciava Carolina dos outros moradores da favela. E também fez com que ela se tornasse um incômodo, alguém fora de lugar, num universo em que predominava o analfabetismo. Ao se intitular escritora e almejar o reconhecimento, a partir desse lugar que, de acordo com a sociedade, é restrito às pessoas das classes cultas e providas de recursos financeiros, antes mesmo da publicação do livro, Carolina foi insultada pelos moradores. A autora se tornou indesejada no ambiente em que vivia, ao expor a precariedade da favela.

Eu percebo que se este Diário for publicado vai maguar muita gente. Tem pessoa que quando me vê passar saem da janela ou fecham as portas. Estes gestos não me ofendem. Eu até gosto porque não preciso parar para conversar (Jesus, 2017, p. 78)

Quando eu ia chegando, os vagabundos disseram:

- Olha a Elisabety Thaylor.
- Vão criticar o diabo! (Jesus, 2017, p. 189).

Essa exclusão se tornou definitiva com a publicação do livro. Carolina, de fato, afastou-se simbolicamente dos moradores do Canindé, que recusaram a vizinha-autora. Por outro lado, para o público em geral, ela era apenas a escritora da favela. Assim, conforme aponta Coronel (2011), a escritora se tornou vítima de preconceito tanto do barro quanto do asfalto, retornando a uma posição de exclusão, a qual não pôde ser superada. Tal fato reatualiza a posição de

¹ Importante destacar que a escritora Carolina Maria de Jesus foi redescoberta após sua morte, tendo, atualmente, várias de suas obras relançadas, além de ser intensamente pesquisadas nos meios literário e acadêmico. Tal fato corrobora a atualidade e a importância de sua obra.

marginalidade e desamparo que já marcava a vida da autora, antes de seu efêmero e precário reconhecimento.

Carolina Maria de Jesus permaneceu incompreendida e morreu na solidão. Seu efêmero reconhecimento em vida desapareceu. E, assim, a escritora foi novamente marcada pela indiferença e o esquecimento do outro, sucumbindo à dor psíquica de não ser valorizada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção deste artigo partiu da premissa de que há uma relação entre as vivências de privação de reconhecimento e o sofrimento psíquico, que se apresenta nos âmbitos individual e coletivo, o que permitiu pensar acerca das patologias sociais bem como de um contexto social patologizante. Nesse sentido, a narração, a análise e a resignificação das experiências de sofrimento, muitas vezes desestruturantes ou avassaladoras para a subjetividade, não se restringem ao âmbito individual dos consultórios, mas ocorrem em contextos comunicacionais mais amplos, como o da escritora Carolina Maria de Jesus.

Este estudo analisou a privação de reconhecimento, com base no conceito de precariedade, em Judith Butler. As implicações da condição de precariedade, em algumas situações, mostram-se paradoxais, uma vez que a demanda de amparo e acolhimento do sujeito pode remeter à sua condição de inferioridade, tornando-o mais vulnerável.

Tendo em vista que a construção do conceito de precariedade partiu da teoria do reconhecimento de Hegel, fizemos um retorno a essa teoria, a fim de compreender qual sujeito ou quais possibilidades de subjetivação estavam aí em jogo. Esse percurso evidencia que a experiência de reconhecimento, bem como sua supressão fática, é inerente à relação do sujeito com a alteridade. Esta, com efeito, é estruturante da própria subjetividade, pois o sujeito somente se constitui a partir de sua relação com o outro, que é, antes de tudo, um outro internalizado.

A questão do sofrimento foi abordada a partir do conceito freudiano de desamparo, do qual decorre uma dor, cuja manifestação não foi escutada por um outro. Para além da discussão teórica, este artigo ultrapassou a questão ontológica do reconhecimento, abordada por Hegel, visto que analisou a relação entre privação de reconhecimento e sofrimento psíquico, no contexto brasileiro, a partir da leitura de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Essa obra, baseada em traços autobiográficos, mostra ainda o sofrimento associado ao fato de a autora ser negra, o que implica também a violência de uma construção histórica

que associa o racismo à exclusão social.

A análise do diário de Carolina, escrito na segunda metade do século XX, apenas confirma que a violência contra o negro, praticada no período de escravização, continua presente em nossa história. Com efeito, essa parcela marginalizada da população, dentro ou fora das favelas, permanece excluída, em graus diversos, do direito à saúde, à educação, à moradia e ao trabalho, enfim, das condições que deveriam assegurar a dignidade de toda a população, não apenas de determinados grupos.

Por meio desse percurso, foi possível corroborar a afirmação de que existe uma dívida histórica, ainda não sanada, em relação a todos os sujeitos negros, vítimas de uma estrutura social que alimenta o racismo, a violência e a desigualdade, tão presentes em nossa sociedade.

O artigo também pode servir como uma forma de visibilidade e reconhecimento, ainda que de modo restrito, não apenas a Carolina, que só desfrutou, em curto período, do reconhecimento social, mas, ao negro brasileiro, de modo geral. Ela pretende romper com os paradigmas e preconceitos que se perpetuam e, quase sempre, impedem um movimento efetivo de reparação da dívida acima referida, relativa ao reconhecimento de todo cidadão ou cidadã, em sua diversidade, em suas igualdades e diferenças.

Nesse sentido, para que todo sujeito possa ser respeitado e considerado “vida” (Butler, 2017), no sentido pleno do termo, há um caminho (sempre inacabado) a ser percorrido, não apenas no âmbito acadêmico, mas no campo da transformação social propriamente dita. Isso requer espaço para muitos outros estudos, discussões e mudanças de paradigma, nos diversos campos do conhecimento e das práticas políticas emancipadoras.

REFERÊNCIAS

- Afonso, M. L. M. (2018). Do silêncio à denúncia, da denúncia ao testemunho, do testemunho à criação: caminhos de análise. In F. Belo (Org.), *Psicanálise e racismo: interpretações a partir de Quarto de Despejo*. (pp. 9-19). Relicário.
- Birman, J. (1999). A dádiva e o outro: sobre o conceito de desamparo no discurso freudiano. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 9(2), 9-30. <https://doi.org/10.1590/S0103-73311999000200002>
- Birman, J. (2014). *O sujeito na contemporaneidade*. Civilização Brasileira.
- Birman, J. (2016). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Civilização Brasileira.
- Butler, J. (1999). *Subjects of desire: Hegelian reflections in twentieth-century*. Columbia University Press.
- Butler, J. (2017). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Civilização Brasileira.
- Castoriadis, C. (1990). Reflexions sur le racisme. In *Les carrefours du labyrinthe III – Le monde morcelé*. (pp. 25-38). Seuil.
- Coronel, L. P. (2011, julho-dezembro). Literatura de periferia e mercado: reflexões acerca do caso Carolina Maria de Jesus. *Ipotesi*, 15(2), 63-71.
- Freud, S. (1996). Projeto para uma Psicologia científica. Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos. In *Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Vol. 1, pp. 355-450). Imago. (Trabalho original publicado em 1895)
- Hegel, G. W. F. (2014). *Fenomenologia do espírito*. Vozes.
- Jesus, C. M. (2017). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Ática.
- Kupermann, D., & Martins, K. P. H. (2018). Racismo, fome, testemunho e humor: sobre “Quarto de despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus. In F. Belo (Org.), *Psicanálise e racismo: interpretações a partir de Quarto de Despejo*. (pp. 119-130). Relicário.
- Lhuillier, D. (2017). O agir em psicossociologia do trabalho. *Psicologia em Revista*, 23(1), 295-311.

- Lopes, E. A. (2016). A importância da leitura e da escrita para Carolina Maria de Jesus: uma análise do seu Quarto de Despejo. *Literafro*. <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/>
- Moreira, J. O. (2004). A alteridade como experiência originária: o desamparo. *Tempo Psicanalítico*, 36, 107-123.
- Müller, T. M. P., & Rosa, S. (2018). Impactos sociais da escrita de Carolina Maria de Jesus na escola. *Palimpsesto*, 17(26), 254-271. <https://doi.org/10.12957/palimpsesto.2018.35299>
- Rocha, Z. (1999). Desamparo e metapsicologia: para situar o conceito de desamparo no contexto da metapsicologia freudiana. *Síntese*, 26(86), 331-346. <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/761/1194>
- Souza, J. (Org.). (2006). *A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Editora UFMG.
- Souza, J. (2018). *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Contracorrente.